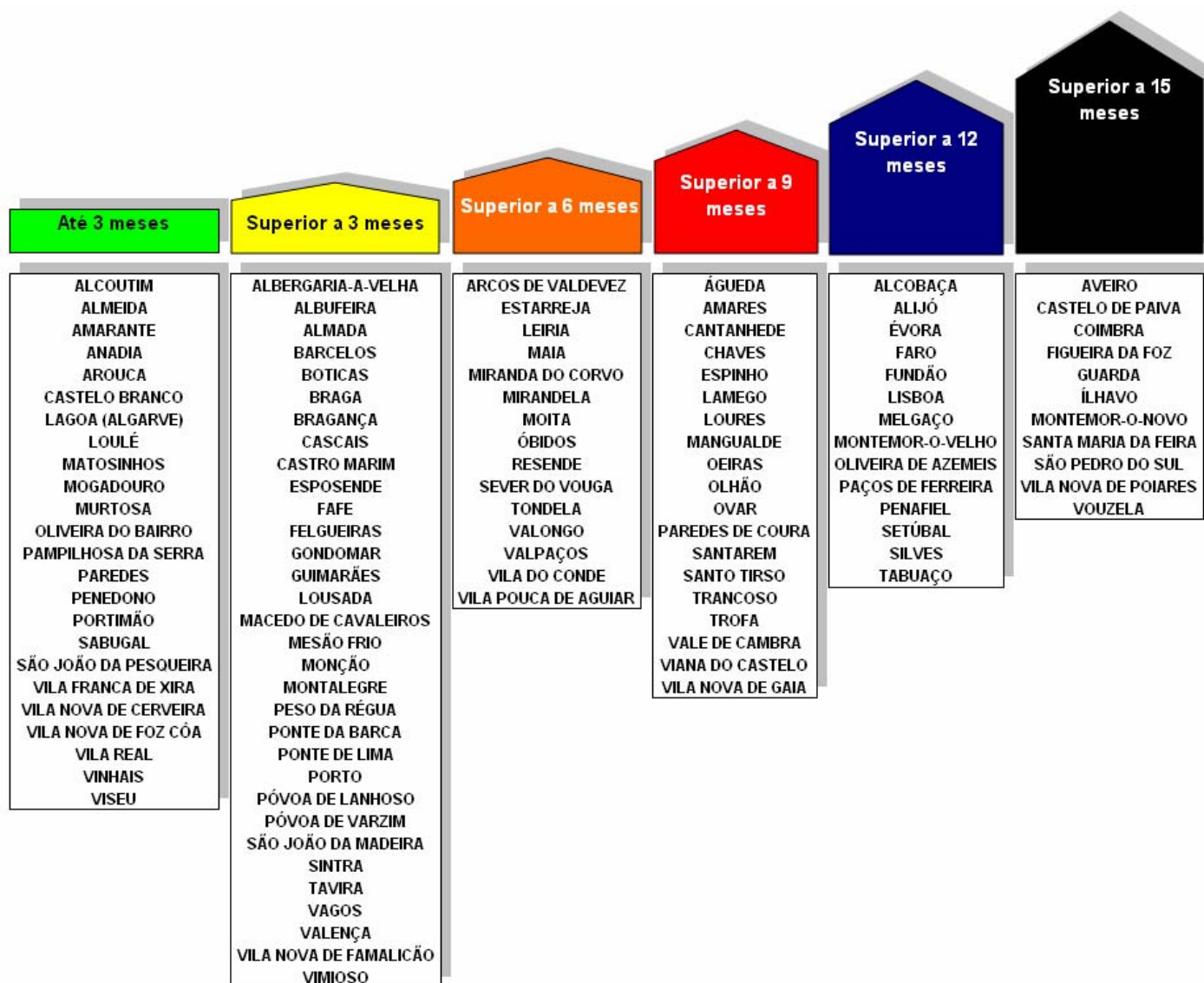




## Inquérito de Primavera ao Recebimento nas Obras Públicas

- De 115 Autarquias só 10 cumprem o prazo legalmente estabelecido
- Lisboa integra grupo de câmaras que paga com prazos superiores a um ano
- Onze municípios ultrapassam os 15 meses





O Inquérito Semestral aos Prazos de Recebimento nas Obras Públicas referente à Primavera de 2007 revela que a esmagadora maioria das autarquias e empresas municipais continua a pagar com substancial atraso às empresas de construção, sendo o prazo médio de recebimento de uma factura emitida a uma autarquia de 7,6 meses (228 dias), apesar do prazo máximo legal estabelecido para as obras públicas ser de dois meses (44 dias úteis).

O prazo médio agora apurado iguala o apurado no último inquérito, que se revelara como o maior de sempre desde o arranque desta iniciativa da AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas, na Primavera de 2004, agora da responsabilidade da FEPICOP – Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas.

O Inquérito da Primavera de 2007 recolheu das empresas de obras públicas dados referentes a 256 Municípios (83% do total) com facturas por liquidar, o que permitiu apurar com grau de confiança elevado o prazo médio de pagamento de 115 Câmaras Municipais, em cujo território reside cerca de 66% da população portuguesa. Destas, apenas 10 apresentam um prazo médio inferior ao legalmente estabelecido, havendo mesmo 25 que pagam com prazos médios superiores a um ano.

Analisada a evolução das 70 autarquias apuradas no inquérito anterior, 33 melhoraram os seus prazos de pagamento em média 1,5 meses enquanto que as restantes 37 apresentam prazos de pagamento superiores aos do inquérito de Outono em cerca de 2 meses.

Das 115 Câmaras de que foi possível apurar resultados com base na metodologia definida há um conjunto de 24 (cerca de 21%) que cumprem os seus compromissos para com os construtores num prazo inferior a três meses.

O Inquérito da Primavera de 2007 permite ainda concluir que a acrescer à redução do investimento autárquico nos últimos anos o prazo médio de pagamento continua a piorar, reflectindo de algum modo uma postura de incumprimento já adquirida pelas Câmaras que tem consequências graves para as empresas, que se vêem confrontadas com estrangulamentos financeiros difíceis de ultrapassar.